

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em 2014, incumbiram-me a grande responsabilidade de gerir a Federação Mineira de Futebol. Na ocasião, deparamo-nos com uma expressiva dívida de R\$ 36 milhões e uma série de execuções fiscais de tributos devidos desde 1963, além de ordens judiciais de bloqueio que impediam a movimentação bancária. Nossos recursos financeiros - de R\$ 2,5 milhões - encontravam-se naquela oportunidade, parcialmente custodiados em espécie e, o restante, garantido em cheques administrativos. Após a renegociação de todas as dívidas e a adesão aos programas de regularização tributária, foi possível o retorno

da utilização da conta corrente. Além disso, após longos anos, obtivemos as certidões negativas fiscais federal, estadual e municipal, essenciais para qualquer instituição ou empresa. Com gestão profissional e empenho, alcançamos superávit operacional em todos os 4 (quatro) exercícios financeiros de nossa administração. Essas medidas administrativas de austeridade se aliam a outras importantes decisões, tais como: alteração estatutária promovendo o fim das relações indefinidas para o cargo de presidente; mudança de nossa sede, devolvendo aos funcionários e filiados o bem-estar de frequentarem as nossas

instalações que, modernas e funcionais, ajudaram na recuperação da imagem da entidade junto à sociedade. Tudo isso culminou na celebração dos maiores contratos de patrocínios e de direitos televisivos da história do futebol mineiro. Por consequência, nossos clubes profissionais passaram a receber valores maiores, conquistando importantes títulos internacionais e nacionais, gerando acréscimo significativo na média de público. De outro lado, tornaram-se possíveis expressivos investimentos em arbitragem, no futebol feminino, nas categorias de base e no futebol amador, da capital e do interior, que, sabemos todos, é

fundamental instrumento de promoção da cidadania. Muito foi feito, com o apoio indispensável de todos os filiados, colaboradores, da imprensa e dos torcedores. Muito há, ainda, de ser realizado pela próxima gestão que, certamente alcançará feitos relevantes para o nosso futebol mineiro. Proporcionamos a mim a responsabilidade, certamente, não a honra e o privilégio de estar à frente do futebol mineiro neste período. Muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a evolução da nossa Federação Mineira de Futebol. Fraternal abraço. **Castellar Modesto Guimarães Neto**.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1)

Ativo	Nota	31.12.17	31.12.16
Circulante			
Caixa e equivalentes	3	4.615	325.921
Clubes filiados	4	2.382.464	1.768.909
Adiantamentos	5	18.269	16.500
Contas a receber	6	1.240.577	325.000
Tributos a Recuperar/Compensar	8	1.251.562	-
		4.897.487	2.436.330
NÃO CIRCULANTE			
Realizável longo prazo			
Títulos de capitalização	3	259.857	253.487
Depósitos judiciais	9	83.599	55.651
		343.456	309.138
Investimentos			
Imobilizado	7	217.475	256.353
Intangível		3.002	3.002
		564.433	568.493
Total do Ativo		5.461.920	3.004.823

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.17	31.12.16 (*)
Circulante			
Fornecedores		181.056	243.277
Salários e encargos sociais		160.336	143.853
Tributos a recolher		33.451	25.371
Receita a Realizar	10	1.542.680	65.000
Tributos parcelados	8	545.393	329.098
Outros débitos		2.533.523	2.071.503
		4.996.439	2.878.102
Não Circulante			
Tributos parcelados	8	9.027.592	8.765.257
Provisão para passivos contingentes	9	1.370.692	1.846.425
		10.398.284	10.611.682
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Patrimônio social		-	-
Déficit acumulado		(9.932.803)	(10.484.961)
		(9.932.803)	(10.484.961)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		5.461.920	3.004.823

(*) Reclassificado para fins de comparabilidade. As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em reais)

1. Contexto Operacional: A Federação Mineira de Futebol, constituída em 5 de março de 1915, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é uma entidade estadual de natureza desportiva, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, regida pelas normas legais do país e regras desportivas vigentes. Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de futebol no profissional e profissional, em todo o território do Estado onde é localizada. Além disso, é também o de promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando a elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente, produzir, implementar e desenvolver sua atividade e/ou de seus filiados através de convênios e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral. O patrimônio da Federação compreende os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações. A Federação não tem por objetivo a geração de lucros, devendo aplicar suas receitas e recursos financeiros na realização de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e no fomento do futebol. Dessa forma, a Federação preenche os requisitos legais ao reconhecimento de sua isenção tributária junto à União, Estado e Município. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITC 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Entidade não possui outros resultados abrangentes e, dessa forma, a Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 02 de março de 2018. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. A Federação não possui ativos e passivos em moeda estrangeira. **2.3. Instrumentos financeiros:** A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros:** • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. • Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. **Passivos financeiros:** • Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. • Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **2.4. Análise do valor de recuperação de ativos:** A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requirem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão abordadas a seguir. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. **Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização do ativo imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **Provisões para processos judiciais:** A Entidade registra provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seu negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os fundamentos e natureza de provisões para processos judiciais estão descritos na Nota 9. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Caixa e Equivalentes:** Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a

mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **31.12.17** **31.12.16**
Caixa e bancos 4.615 11.091
Aplicação de liquidez imediata - 314.830
Soma - R\$1 4.615 325.921
A Entidade tem políticas de investimento financeiro que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, liquidez diária e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e sejam substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A Federação possui aplicação em Título de Capitalização vinculado como garantia ao contrato de aluguel. **4. Transações Entre Filiados: (i) Contas a receber/contas a pagar (filiados):** Os saldos entre a Entidade e filiados referem-se principalmente às contas correntes entre os clubes relativos a bordêros, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados. Segue abaixo o demonstrativo com os saldos a receber referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol, apresentados no circulante e não circulante. **31.12.17** **31.12.16**
Clubes filiados 4.691.962 3.639.832
PCLD (2.309.498) (1.870.923)
Soma - R\$1 2.382.464 1.768.909
Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações detalhadas acima. Tendo em vista que não existem garantias sobre o recebimento dos valores registrados nas contas a receber entre filiados, a Federação optou por constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir seus possíveis perdas. Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD):

	R\$1	31.12.17	31.12.16
Saldo em 31.12.16	(1.870.923)		
Reversão	342.510		
Constituição	(781.085)		
Saldo em 31.12.17	(1.309.498)		

(ii) Adiantamentos aos clubes (Nota 5): Existem saldos de multas que são representados por valores antecipados aos clubes de futebol. Os pagamentos são efetuados mediante a realização de cotas comerciais e televisivas, em razão da participação de seus filiados nas competições. Os adiantamentos de cotas concedidas pela Federação aos seus filiados são garantidos, incondicionalmente, por direitos reais consubstanciados nas aludidas receitas comerciais e televisivas, decorrentes da sua participação nos eventos promovidos pela Entidade. Todas as obrigações mantidas pelos clubes filiados em relação à Entidade recebem tratamento rigorosamente equânime. **(iii) Receita entre filiados:** A Federação recebe mensalmente auxílio financeiro fixo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), conforme o Programa de Auxílio Financeiro definido pela CBF. Esse auxílio fixo oriundo da CBF refere-se aos valores concedidos com o objeto de assistência na manutenção da Federação. O montante de auxílio fixo recebido da CBF no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$975.000 (R\$975.000 em 31 de dezembro de 2016). **(iv) Despesas entre filiados: Contribuições e Subvenções:** Os valores provenientes de Contribuições e Subvenções consistem em despesas pagas pela Federação aos clubes, referentes aos custos oriundos de passagens aéreas, estadias e alimentação das delegações dos clubes de segunda divisão que não possuem recursos para pagamento de tais valores. A Federação, cumprindo com o seu papel estatutário de fomento ao futebol regional e dentre outros, arcando com os custos de logística destas competições, nomeadamente as partidas do Futebol Amador, tendo investido, em 2017, R\$1.100 mil. **Arbitragem:** As despesas com a arbitragem do campeonato da série A são pagas pelo clube mandante da partida e os valores são retirados do montante da renda apurada, no término da partida, sendo lançados no boletim financeiro elaborado por fiscais indicados pela FMF e acompanhado por um representante do clube. Já em relação aos campeonatos das séries B, C e D, os valores utilizados pela FMF para pagamento da arbitragem são enviados pela CBF, através de crédito em conta da Entidade, geralmente antecipando o mínimo de três rodadas. A prestação de contas acontece no decorrer do campeonato através dos recibos assinados pelos árbitros. **5. Adiantamentos:** O saldo registrado no grupo de adiantamentos refere-se, principalmente, a antecipação das taxas de transferências de jogadores feitas à clube filiado e serviço de transporte de carga.

	31.12.17	31.12.16
Adiantamentos a empregados	2.569	1.500
Adiantamento a fornecedores	700	-
Adiantamento a clubes (nota 4)	15.000	15.000
Soma - R\$1	18.269	16.500

6. CONTAS A RECEBER: Pode ser assim demonstrado: **31.12.17** **31.12.16**
Patrocinadores 1.240.577 325.000
Soma - R\$1 1.240.577 325.000
Patrocinadores assinaram os contratos no ano de 2017 para o campeonato de 2018, portanto os valores serão quitados em sua grande maioria no decorrer do campeonato. Em 31.12.17 a Federação, após análise, não constatou necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa, para este recebível. **7. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável e pode ser assim demonstrado:

Imobilizado	Taxa Média (% a.a)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido Líquido
Veículo	20%	49.260	(16.244)	33.025 41.879
Máquina e Equipamento	10%	13.579	(6.175)	7.404 7.685
Computadores e Periféricos	20%	114.651	(111.471)	3.180 2.220
Móveis e Utensílios	10%	199.786	(67.959)	131.827 144.630
Equip. de Comunicação	20%	118.768	(80.825)	37.943 55.197
Sistema de Monitoramento	10%	7.461	(3.365)	4.096 4.742
Soma - R\$1		503.514	(286.039)	217.475 256.353

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos itens por categoria de imobilizado **31.12.17** **31.12.16**
Descrição **Adições** **Baixas** **Deprec.** **31.12.17**
Veículo 41.879 - - (8.854) 33.025
Máquina e Equipamento 7.685 979 - (1.260) 7.404
Computadores e Periféricos 2.220 4.680 (1.500) (2.220) 3.180
Móveis e Utensílios 144.630 2.432 - (15.235) 131.827
Equip. de Comunicação 55.196 - - (17.254) 37.942
Sistema de Monitoramento 4.742 - - (646) 4.097
Soma - R\$1 217.475 8.091 (1.500) (45.469) 217.475
A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Ressaltamos que não há quiquê indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos demais ativos na Entidade. **8. Tributos Parcelados:** Com bases em orientações de seus consultores tributários, a FMF desistiu de duas modalidades da Reabertura do Refis IV a qual havia aderido e solicitou o ressarcimento dos valores pagos no âmbito daqueles parcelamentos, os quais, atualizados pela Selic (nos termos legais),

	31.12.17	31.12.16
Saldo em 31.12.16	11.329.490	12.394.770
Receitas Operacionais	12	(4.283.023)
Despesas Operacionais	12-18	(3.955.047)
Pessoal	12	(4.179.848)
Despesas com Autônomos	13	(2.523.077)
Operacionais de jogos	14	(982.590)
Administrativas	15	(72.172)
Utilidades e serviços	16	(640.860)
Despesas tributárias	17	(45.469)
Outras despesas	18	(12.727.039)
Depreciação	17	587.462
Resultado Financeiro	17	(587.378)
Receitas financeiras		84
Despesas financeiras		(768.003)
Superávit do Exercício		502.535

	31.12.17	31.12.16
Atividades Operacionais		
Superávit do exercício	502.535	282.608
Ajustes de exercícios anteriores	49.623	-
Depreciação e amortização	45.469	75.273
Superávit ajustado	597.627	357.881
Redução (aumento) de Ativos		
Clubes filiados	(613.555)	(675.457)
Adiantamentos	(1.769)	220.907
Contas a receber	(915.577)	(325.000)
Tributos a Recuperar/Compensar	(1.251.562)	-
Títulos de Capitalização	(6.370)	-
Depósitos judiciais	(27.948)	(8.960)
Aumento (redução) de Passivos		
Fornecedores	(62.211)	198.806
Obrigações sociais	16.483	4.903
Impostos a recolher	8.080	(36.823)
Tributos parcelados	478.630	572.016
Outros débitos	462.020	515.632
Provisão para passivos contingentes	(465.733)	212.358
Receita antecipada	1.477.680	(1.027.661)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(314.215)	8.402

	31.12.17	31.12.16
Atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos	(500)	-
Aquisições de imobilizado	(8.091)	(80.294)
Baixas de imobilizado	1.500	6.234
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(7.091)	(74.060)
Redução de Caixa e Equivalentes	(321.306)	(65.658)
Caixa e Equivalentes no início do exercício	325.921	391.579
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	4.615	325.921
Redução	(321.306)	(65.658)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

	31.12.17	31.12.16
Alimentação	127.425	48.063
Informática	221.825	113.295
INSS	6.739	-
Leiais e judiciais	1.762	29.086
Locações diversas	168.536	128.068
Material de consumo	14.778	18.404
Promoções e eventos	364.851	139.481
Serviços de pessoa jurídica	1.132.756	1.814.415
Viagens/transportes/hospedagem	458.622	360.879
Outras	23.815	24.849
Soma - R\$1	2.523.077	2.676.540

14. Utilidades e Serviços: Pode ser assim demonstrado: **31.12.17** **31.12.16**
Aluguéis e taxas 505.893 498.441
Veículos 39.523 44.515
Conservação e reparos 64.187 32.099
Telefone e internet 113.368 82.774
Energia elétrica 48.387 51.315
Diárias e passagens - 17.865
Vigilância e monitoramento 75.983 48.604
Despesa com gráfica 35.065 10.117
Fretes e carretos 22.525 14.795
Outras 77.659 43.342
Soma - R\$1 982.590 843.867

15. Despesas Tributárias: As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício, conforme apresentado a seguir: **31.12.17** **31.12.16**
IPTU 24.497 23.214
IPVA 1.902 1.178
IRRF/IOF 37.856 1.359
ISS PJ/PF - 262
Taxas municipais 1.980 1.869
Despesa com processos judiciais - 1.000
PIS/COFINS/CSLL - 82
Taxa de incêndio 985 912
Diversos 4.953 45
Soma - R\$1 72.172 29.921

16. Outras Despesas: Pode ser assim demonstrado: **31.12.17** **31.12.16**
Reversão (constituição) de PCLD (nota 4) 438.576 356.536
Trabalhista 200.000 450.595
Outras 2.285 5.230
Soma - R\$1 640.861 856.724

17. Resultado Financeiro: Os valores registrados no resultado financeiro se referem principalmente aos rendimentos de aplicação financeira, juros sobre empréstimos, conforme demonstrado no quadro abaixo: **31.12.17** **31.12.16**
Rendimento de aplicações financeiras 158.272 41.504
Descontos obtidos 5.629 -
Multas/Juros 123.440 115.686
Correção de Impostos/Taxas 300.121 157.190

Despesas financeiras: (14.746) (18.792)
Juros sobre parcelamentos tributários (21.536) (20.769)
Atualização parcelamento Refis/Profut (501.174) (885.632)
Descontos Concedidos (49.922) -
(587.378) (925.193)

18. Despesas Operacionais de Jogos: Com o intuito de uma melhor apresentação dos valores das despesas com jogos, foram agrupados: **31.12.17** **31.12.16**
Arbitragem 1.595.437 1.232.024
Quadro móvel 132.656 192.899
Eventuais 312.910 187.391
INSS 262.942 281.634
Ingressos 254.910 189.864
Troféus e medalhas 236.358 104.823
Taça Belo Horizonte de Futebol Júnior 80.913 305.135
Publicidade 284.184 3.386
Repasso aos filiados 15.210 308.296
Outras despesas de jogos 506.320 44.363
Soma - R\$1 4.179.848 2.906.288

19. Informações por Divisão: Os valores de receitas e desembolsos provenientes das divisões de futebol estão destacados a seguir: **31.12.17** **31.12.16**
Primeira Divisão **Divisões de Acesso** **Futebol Amador** **Divisões Femininas**

...continuação

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: a. Identificamos e avaliamos

os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Entidade; c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e. Avaliamos

a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 05 de março de 2018. **Fernando Motta Auditores** - CRCMG - 12.557; **Fernando Campos Motta** - Contador CRCMG - 91.109; **Nilton José Ribeiro** - Contador CRCMG - 43.491

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
ONLINE E PRESENCIAL

CAIXA

ROGÉRIO LOPES FERREIRA, leiloeiro oficial inscrito na JUCEMG nº 394, com escritório à Rodovia BR 262, Km 375, Juatuba/MG CEP: 35.675-000 devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário SUL, Quadra 4, Lotes 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular, no qual figuram como Fiduciários **JOÃO BATISTA SALES GUEDES**, brasileiro, RG nº 5065775, CPF nº 024.090.296-39 e sua esposa **JOELMA RODRIGUES SILVA SALES**, brasileira, RG: 4.034.474 e CPF: 776.960.506-72, domiciliados e residentes à Rua Orion Rigel Vigne, 78, Bairro Floramar, Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **25 de abril de 2018, às 14:00 horas, à Rodovia BR 262, Km 375, Juatuba/MG CEP: 35.675-000, em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 390.333,21**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído de um imóvel, sendo 87.4390 m² de área privativa (coberta); 129.8710 m² de área privativa (descoberta); 26.4003m² de área equivalente em área de custo padrão; 217.3100 m² de área real total, situado na Rua Padre Antonio, 53 e 55, lote 09, quarteirão 16, casa 02, Bairro Heliópolis, Belo Horizonte/MG. Matrícula nº 104826, extraída do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte. Obs: Desocupada. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **26 de abril de 2018**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 348.373,60**. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará no ato o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. Caso haja arrematante, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

(31) 3360-8180 / 3360-8181 - www.palaciosleiloes.com.br

ONV PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A, CNPJ nº 16.694.036/0001-52-**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**: Ficam convocados os Senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2018, às 09:00 horas na sede da sociedade, à Rua da Bahia, 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para exame dos seguintes assuntos: 1 - Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; 2 - Deliberação sobre a Destinação do resultado do exercício; 3 - fixação de remuneração da diretoria; 4 - Outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente.

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, CNPJ nº 17.441.197/0001-05-**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da sociedade, à Rua da Bahia, nº 1004, 12º andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2018, às 9h:30 minutos, para deliberarem a seguinte ordem do dia: 1 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 1.1 - Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; 1.2 - Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; 1.3 - Eleição ou confirmação da Diretoria eleita em AGO anterior e fixação de sua remuneração; 1.4 - Outros assuntos de interesse da sociedade. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 2.1 - Alteração de dispositivos do Estatuto Social relativos à administração (Capítulo IV) e à ouvidoria (Capítulo VI), ficando os documentos pertinentes à disposição dos acionistas, na forma do art. 135, § 3º, da Lei n. 6.404/76. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente.

VELLOSO S/A - Negócios Imobiliários, CNPJ nº 17.179.805/0001-47 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da sociedade, à Rua da Bahia, nº 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2018, às 9h:15 minutos, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 1.1 - Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; 1.2 - Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; 1.3 - Eleição da Diretoria e fixação de sua remuneração; 1.4 - Outros assuntos de interesse da sociedade. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 2.1 - Alteração de dispositivos do Estatuto Social relativos à convocação das Assembleias Gerais (Capítulo III) Da Assembleia e alteração do (Capítulo IV) Da Administração 2.2 Outros assuntos de interesse da sociedade, ficando os documentos pertinentes à disposição dos acionistas, na forma do art. 135, § 3º, da Lei n. 6.404/76. Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Tarsila Ortenzio Velloso, Diretora.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2018

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais - CRECI/4ª Região, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço do Lote, em sessão pública a partir das 10h00min, horário de Brasília/DF, no dia 26/04/2018, quando serão abertas e analisadas as propostas comerciais, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, destinada ao Registro de Preços para contratação de sociedade empresária especializada para a prestação de serviços informatizados de gerenciamento, controle e fornecimento de peças, acessórios, lubrificantes e serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores de propriedade do Órgão. A abertura da fase de lances tem início previsto para às 10h30min, do mesmo dia.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou no endereço seguinte: Rua Carijós, 244, 10º andar, Centro, CEP 30120-060, Belo Horizonte/MG, fone/fax: (31) 3271.6044 - ramais 108/117/123.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2018.
ALESSANDRA CARDOSO DE SOUZA LUCAS
Presidente da CPL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - ESTADO DE MINAS GERAIS/ MG

Oficial: Marisa S.N.O. Andrade
Substituto: Janice Aleixo Alves

EDITAL DE INTIMAÇÃO

INTIMA: ADENIZIO CARLOS PEREIRA | INTIMA: KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA

MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento nº 10115999808, Intima o Sr. **ADENIZIO CARLOS PEREIRA** e a Sr. **KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA**, residentes em local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em 07/10/2008, registrado sob o nº **R-3**, e na matrícula **22910** deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Dezessete, nº 17, Bairro: Conjunto Habitacional Nova Pampulha, CEP: 33937-270, Ribeirão das Neves/MG**, com saldo devedor em 11/04/2018 Perfaz o montante de **R\$ 3.626,82**, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **ITÁU UNIBANCO S/A**, onde deverá pagar o débito acima discriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nest cidade de Ribeirão das Neves, Ribeirão das Neves, 11 de Abril de 2018. A Oficial.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira torna público realizará **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 009/2018**, cujo objeto consiste na aquisição de hidrômetros, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I - Termo de Referência. Tipo: Menor Preço Global por Item. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **27/04/2018, às 08 horas** e o início da disputa do prego dar-se-á no dia **27/04/2018, às 09 horas**. O Edital encontra-se à disposição, a partir do dia **16/04/2018**, no site www.licitacoes-e.com.br e no Setor de Compras, no horário das 7h30 às 10h30 e das 13h às 16h, em sua sede à Rua Senhora do Carmo, 148, Pará - Itabira/MG - Telefone (31) 3839-1324.

Leonardo Ferreira Lopes
Diretor-Presidente

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira torna público realizará **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 008/2018**, cujo objeto consiste na aquisição de Motores Elétricos de 250 CV, 30 CV e 25 CV, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I - Termo de Referência. Tipo: Menor Preço Global por Item. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **26/04/2018 às 08 horas** e o início da disputa do prego dar-se-á no dia **26/04/2018 às 09 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, a partir do dia **16/04/2018**, no site www.licitacoes-e.com.br e no Setor de Compras, no horário das 7h30 às 10h30 e das 13h às 16h, em sua sede à Rua Senhora do Carmo, 148, Pará - Itabira/MG - Telefone (31) 3839-1324.

Leonardo Ferreira Lopes
Diretor-Presidente

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
PRESIDENTE OLEGARIO - MG

Data do leilão: 16/4/2018 - A partir das: 10:00
Local: DEFRONTE A PREFEITURA MUNICIPAL - PRACA DR CASTILHO, 10, CENTRO, PRESIDENTE OLEGARIO, MG

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matrícula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo no prazo impreritível de 08 (oito) dias devidamente corrigido pelo índice que remunera as cadernetas de poupança do dia do aniversário do contrato, sob pena de perda do sinal dado além da comissão legal do leiloeiro.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:192C1- CONTRATO: 801420009323- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0142 - PATOS DE MINAS
HELENA MARIA DOS SANTOS EVANGELISTA, BRASILEIRO(A), PROFESSORA, CPF 04036447637, CI 11036357-SSSP/MG, CASADO(A) COM **MARCOS ANTONIO EVANGELISTA**, BRASILEIRO(A), TRABALHADOR RURAL, CPF 03716439614, CI 7864326-SSP/MG.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA RESIDENCIAL, A RUA TEREZINHA PINHEIRO DE ARAUJO, Nº 744, LOTE Nº 183, QUADRA 183, SETOR 04, BAIRRO AEROPORTO, EM PRESIDENTE OLEGARIO, COM A AREA CONSTRUÍDA DE 49,00M2, AREA DE 300,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 43.746,00
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 64.000,00
PATOS DE MINAS, 24/3/2018

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGÊNIO REIS DUTRA, Oficial Interino do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário nº 144440532070-4, **INTIMA a Sra. AILCEIA GARCIAS PEREIRA**, residente em local incerto e ignorado, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 21/02/2014, registrado sob nº R-08, na Matrícula 93.044 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Rua Pinheirinhos, nº 212, Casa 02, Parque Jardim Leblon, Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 18/04/2018, perfaz o montante de R\$42.575,89, relativo a prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 - Savassi - Belo Horizonte/MG, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima discriminado, purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 18 de abril de 2018. O Oficial Interino, (ass) Paulo Eugênio Reis Dutra.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE PONTO DOS VOLANTES/MG
CNPJ: 02.197.483/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA RATIFICAÇÃO DA FUNDAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ponto dos Volantes/MG, fundado em 24/08/1997, com endereço a Rua Bela Vista, 277 - Centro, na cidade de Ponto dos Volantes/MG, por seu Presidente abaixo qualificado, convoca todos os membros da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais do município de Ponto dos Volantes, para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada às 10 horas, do dia 06 de maio de 2018, tendo como local a sede do Sindicato, situado a Rua Bela Vista, 277 - Centro, na cidade de Ponto dos Volantes/MG, para: 1) Ratificar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ponto dos Volantes/MG, aprovada em 24/08/1997; 2) Alterar o Estatuto Social com descrição da Categoria representada; 3) Filiação à CTB. Ponto dos Volantes/MG, 13 de abril de 2018.

José Laurenço Ribeiro Santos
Presidente - CPF: 569.156.326-20
Agricultor Familiar - NIT: 2.097.205.913-4
DAP: SDW0569156326201606141017

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Turvolândia

Edital de Leilão 001/2018 - O Leiloeiro **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão em 03/05/2018, às 10:00, na Câmara Municipal- Rua Célio do Carmo Garcia, nº 161, Campo do Rosário, Turvolândia /MG, seus bens inservíveis: Veículos e bens diversos. Local de visitação: Garagem da Prefeitura- Rua Sara Ferreira Ramos, s/n, Centro, Turvolândia/MG. Dias de visitação: 23/04/2018 a 27/04/2018 e 02/05/2018 e 03/05/2018 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

Edital de Leilão
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

Edital de Leilão 01/2018 - Leiloeiro **Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão em 03/05/2018, às 10:30 horas, Câmara de Turvolândia - R: Célio do Carmo Garcia, 161, Campo do Rosário, Turvolândia/MG, seu bem inservível: Caminhão com usina asfáltica Local de visitação: Sede da Amsp- Rua Comendador José Garcia, 774, Centro, Pouso Alegre/MG. Dias de visitação: 23/04/2018 a 03/05/2018 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001